

# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

# **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 72**

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

*Alane Maria da Silva*

*Marilene Bizerra da Costa*

**DOI 10.22533/at.ed.6051922018**

**CAPÍTULO 9 ..... 83**

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

*Renner Coelho Messias Alves*

**DOI 10.22533/at.ed.6051922019**

**CAPÍTULO 10 ..... 94**

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

*Wellington Júnior Jorge*

*Izaque Pereira de Souza*

*Aline Evelin Fabrício Macedo*

*Ana Paula de Souza Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220110**

**CAPÍTULO 11 ..... 105**

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

*Francisco Mesquita de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220111**

**CAPÍTULO 12 ..... 117**

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

*Daniel Neto Francisco*

*Carlos Alberto Sarmento do Nascimento*

*Lucimar Ferraz de Andrade Macedo*

*Lamounier Erthal Villela*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220112**

**CAPÍTULO 13 ..... 130**

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

*Evânia Maria Oliveira Severiano*

*Maria Luiza Fernandes Bezerra*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220113**

**CAPÍTULO 14 ..... 141**

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

*Fabrício Brito do Amaral*

*Maria Fernanda Brito do Amara*

*Deusiney Robson de Araujo Farias*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220114**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>148</b>
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>160</b>
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>170</b>
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>180</b>
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>190</b>
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>200</b>
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>222</b>
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220121</b>	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>236</b>
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>247</b>
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>259</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220124</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>269</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220125</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>281</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220126</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>293</b>
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220127</b>	



<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>304</b>
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220128</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>322</b>
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220129</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>334</b>
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220130</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>346</b>
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220131</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>358</b>
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220132</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>370</b>
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220133</b>	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>381</b>
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220134</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>392</b>

## A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES

**Luís Flávio Coelho Gonçalves**

UNICEUMA, São Luís-MA

**Adelaide Ferreira Coutinho**

UFMA, São Luís-MA

**RESUMO:** Propõe-se analisar a questão da violência noticiada em diários (jornais populares) de grande circulação na periferia de São Luís-Ma. Na exposição e por sucessivas aproximações, fazer uma análise daquela questão destacando-a em seu processo histórico, explicitando as contradições da relação Estado *versus* violência urbana, apreendendo-a como uma rica totalidade de determinações. Destacam-se a efetiva presença dos aparelhos de repressão e a postura dos órgãos de comunicação no tratamento dado ao fenômeno. Para tanto, autores que tratam dessa temática serão primordiais à pesquisa. Pretende-se contribuir para o debate no âmbito acadêmico, entre jornalistas, designers e demais profissionais que trabalham a notícia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado. Violência. Jornais Populares.

**ABSTRACT:** It aims to analyze the issue of violence reported on mass circulation daily news (newsprint) in the periphery of São Luís – MA. By means of exposition and successive approximations, it makes an analysis of the

issue, highlighting it in its historical process, explaining the contradictions of the state versus urban violence relation, seizing it as a rich totality of determinations. We point out the effective presence of repression apparatus and the posture of media outlets regarding the given treatment to the phenomenon. For this purpose, authors who have written about it are primordial for this research. We intend to contribute in the academic context in debates between journalists, designers and other professionals involved in news reporting.

**KEYWORDS:** State. Violence. Newsprint.

### 1 | INTRODUÇÃO

As questões que dominam a atenção dos seres humanos se alteram na história, conforme as relações instituídas, geralmente em concorrência com as demandas e as mudanças da sociedade, da cultura, da política e da economia. Nesse contexto, a violência, ou melhor, a concepção de atos violentos, se faz bastante ampla, uma vez que a violência vai além do que se entende tradicionalmente por esse estado. Para tanto, nos referimos aqui à violência mais direta, da criminalidade e dos homicídios, qual seja, o dano físico, como apresentada por Maricato (1995), mas

buscando-se expor as diversas faces com que se mostra a violência nos tempos atuais - da exclusão econômica, política, social ou educacional, cultural, legal, ambiental. Assim, é importante ressaltar que “a exclusão é uma relação social, e não um estado ou posição ocupada na estrutura institucional de uma determinada sociedade” (GENTILI, 2009, p. 1062).

Não obstante, a violência é decorrente de um processo histórico que resultou em uma «pacificação» da sociedade, a qual ampliou, de certo modo, sua intolerância ao que se pode chamar de violência, mas criou um invólucro que abrange todas as classes sociais.

Esse processo ocorreu em grande parte pela segregação e, ao mesmo tempo, autocontenção dos indivíduos, que “espontaneamente” obedecem às normas de convívio social, “fornecendo”, assim, ao Estado o controle do exercício da violência, dando a este de tal modo o poder para interferir em resoluções de conflitos privados, por intermédio das polícias, da justiça e de outros aparelhos de repressão.

O objetivo central é refletir criticamente sobre a violência “posta à venda” por semanários maranhenses, que são produzidos visando atingir um público “leitor-consumidor” vitimado por essa mesma violência. Trata-se de jornais, subprodutos dos grandes semanários, comercializados a preços reduzidos nos locais de grande circulação da população pobre, como por exemplo, nos Terminais de Integração de passageiros do transporte coletivo e nos bairros e comunidades periféricas.

Pode-se identificar que a violência é sem dúvida uma das expressões da dinâmica de imposição das classes dominantes que “esmaga” os mais pobres, pela via *prussiana* ou *passiva* (COUTINHO, 2006), sob a presença sempre muito forte do Estado na vida brasileira e, em que “*o povo alegre*” do Brasil – tantas vezes descrito, dentro e fora do país, pelos ideólogos da nação – é vitimado pela violência sob todas as nuances.

Acrescenta-se que essas reflexões não são definitivas, pois trata-se de uma investigação em processo, portanto, é ainda uma aproximação inicial com esse objeto de estudo. As questões e reflexões que ora se apresentam ainda necessitam de um diálogo com as fontes documentais e bibliográficas acerca da problemática, inclusive os acervos dos jornais de São Luís, a serem objeto da pesquisa de campo.

No entanto, para esse estudo, pretende-se utilizar o método dialético, por entender que este seja o mais apropriado para cumprir os objetivos do referido estudo, uma vez que esse método nos possibilita refletir para além do imediato; coloca-nos na história, considerando a totalidade social na dinâmica de suas transformações. Assim, é que se dialoga com pensadores que se alinham com o método e cujas análises são fundamentais para desvelar as determinações do fenômeno. Destacam-se as análises de Caio Prado (1979), Guimarães (1981), Coutinho (2006), Lenin (2007), Chauí (2014), Bogo (2013), Santos (2015), Ordine (2016) e outros.

Deste modo, almeja-se contribuir com a crítica radical à perversidade do sistema capitalista, esse principal indutor do que se chamam atos violentos, buscando-se expor

e denunciar esse processo, evidenciando a questão da desigualdade, da violência e de como o Estado brasileiro e os meios de comunicação sob os interesses empresariais, manipulam a informação/notícia em benefício das classes hegemônicas e de suas frações no poder (governo).

## 2 | ESTADO E “PACIFICAÇÃO”

Inicialmente, afirma-se que o Estado não garante conciliação/pacificação. O Estado, na verdade, garante a dominação de uma classe por outra, fazendo com que os atos violentos sejam potencializados em um sentido vertical em favor da classe mais poderosa, ou seja, o Estado nasceu justamente da necessidade de controlar os conflitos da luta de classes.

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, do próprio conflito dessa classe resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ela, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada (LENIN, 2007, p. 32).

Esse dito processo de refrear, ou como se pretende chamar “pacificação”, historicamente ganhou força no Estado moderno e, com este, a criação da polícia, do exército e de outras instituições com o poder exclusivo de usar a força repressiva.

No Brasil, a ideologia de um país alegre e democrático forjou uma sociedade que apela para a ideia de comunidade, de unidade social republicana e de direitos e bens comuns a todos. Contudo, o que caracteriza uma sociedade é, justamente, ser constituída por diferenças e divisões internas entre grupos e classes sociais antagônicas (explorador/explorado, rico/pobre etc.), conforme expressa Chauí (2014) ao trazer a reflexão sobre o misto de ideologia (verde-amarelismo, sagração do governante) e de autoritarismo reinantes na história do Brasil, que acabam por se transformar em uma espécie de mito.

Essa visão mitológica do “país verde e amarelo” talvez tenha origem no modo muito particular pelo qual se deu a formação social do Estado em nosso país, sobretudo depois da independência, como afirma Coutinho (2006). A exemplo, nos “eventos curiosos, como o fato de o primeiro imperador brasileiro ter sido filho do rei de Portugal; ele foi Pedro I no Brasil e Pedro IV, algum tempo depois, em Portugal. Isso revela o quanto foi débil aquela ruptura” (COUTINHO, 2006, p. 175).

Desse modo, a história brasileira constituiu-se de arranjos entre as classes dominantes, identificados por Coutinho (2006) como via *prussiana* ou *passiva*, visando a um Estado como força para a dominação que ocorre até nossos dias.

Essas tendências ‘prussianas’ ou ‘passivas’ foram causa e efeito de uma presença sempre muito forte do Estado na vida brasileira. Isso já se manifesta claramente,

como vimos, no processo de independência, no qual se revela um traço que teve importantes consequências: conhecemos um Estado unificado antes de sermos efetivamente uma nação. [...] se o Brasil tivesse conhecido um processo de independência diverso, gerado efetivamente de baixo para cima, [...] talvez não fosse hoje um único país unificado (COUTINHO, 2006, p. 175).

Esse ‘milagre’ da unificação brasileira manteve as classes hegemônicas alternando-se no poder para manter a lógica de “pacificação”. Assim, a força do Estado foi, e é, elemento primordial de controle social no Brasil. Um dos muitos outros exemplos refere-se à “revolução” de 1930, em que “setores das oligarquias agrárias, aqueles não ligados diretamente ao mercado externo, deslocam do papel de fração hegemônica no bloco no poder, a oligarquia cafeeira, cooptam alguns segmentos da oposição da classe média, (que se expressavam no movimento tenentista)” e iniciam processos de transformação sociais e econômicas que se consolidaram em 1937, com a Ditadura Vargas do Estado Novo, num intenso processo de urbanização e industrialização pelo alto, sob o comando do Estado autoritário e de suas políticas cambiais e de crédito (COUTINHO, 2006), deixando a população camponesa à mercê do latifúndio e grilagem de terras ou induzindo-as ao êxodo rural para os centros urbanos em formação.

Pode-se dizer, então, que a partir dos anos de 1930 e pelo menos até a implantação do neoliberalismo que se configurou nos anos de 1990 (quando a supremacia vai para o capital financeiro), a fração dominante do poder que governou o Brasil foi o capital industrial (COUTINHO, 2006), sob os auspícios da elite agrária.

Nessa breve análise identifica-se uma contradição, fruto de uma sociedade dividida por interesses particulares e individuais de uma elite, uma vez que a força operativa do Estado necessita de uma força policial e jurídico-política para legitimar os atos de opressão, tendo em vista a suposta unidade social. Assim, Engels (apud LENIN, 2007, p.29), ao desenvolver a noção de Estado, [...] explica essa “força” que se chama Estado, “força proveniente da sociedade, mas superior a ela e que dela se afasta cada vez mais. Em que consiste fundamentalmente essa força? Em destacamentos especiais de homens armados tendo à sua disposição prisões [...]” (LENIN, 2007, p. 29), ou seja, violência.

Nesse primeiro momento explicita-se a dimensão do Estado como força de controle, que exerce a violência como a principal forma de ação, força essa executada, sobretudo, contra a classe dominada, sendo que a publicidade é, apenas, um dos instrumentos a serviço dessa instituição.

Assim, a questão da violência no contexto atual do Estado, deslocando-se o eixo de análise para a mídia impressa, em se tratando de mortes causadas e “anunciadas” por agentes do Estado em serviço, é velada, pois existe um processo de proteção desses agentes do Estado, em que até a identificação dos responsáveis por determinadas situações de violência se faz bastante precária.

A violência, como ato violento, refere-se à violência letal, ou seja, aquela da

qual resulta óbito, tendo a desigualdade social - necessária e sistemática – como sustentação das relações capitalistas, um dos aspectos mais relevantes na sua relação com a violência. A desigualdade social não se verifica de maneira homogênea no país, e não apenas na dimensão territorial, mas nas dimensões a que se referem às características socioeconômicas, culturais, políticas das vítimas. De modo crescente, essa realidade social atinge aos moradores das periferias urbanas, das cidades do interior do país e, marcadamente, do Norte e Nordeste, tendo como principais vítimas crianças, mulheres, jovens e negros, conforme pode se verificar a seguir.

Destaca-se que na análise acerca da violência, em 2014, entre as microrregiões do país, o *aglomerado urbano de São Luís* ficou em primeiro lugar no ranking das 20 mais violentas, com uma taxa de homicídio de 84,9 casos para uma população de 1.381,459 habitantes, segundo o *Atlas da Violência, de 2016, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) e do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)*. No entanto, em 2018, o governo do Estado do Maranhão anuncia a saída dessa região do mapa das cidades mais violentas do mundo.

Mas, segundo o *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* de 2018, tivemos 63.880 mortes violentas intencionais, em 2017, no território brasileiro, totalizando uma média de 175 mortos por dia, ou seja, um crescimento de 30,8% por 100 mil habitantes, relativo a um crescimento de 2,9% de mortes violentas intencionais, entre 2016 e 2017 (BRASIL, 2018).

Outro fator relevante a ser destacado, é a média de policiais mortos, que apresentou redução de 4,9% enquanto as mortes causadas por intervenções policiais cresceram 20%, é uma média de 1 policial Civil ou Militar morto por dia, para uma média de 14 mortos em intervenções policiais por dia.

No Atlas Da Violência de 2018, é possível verificar concretamente uma das principais facetas do racismo estrutural na sociedade brasileira, herança profunda da escravidão/colonização no Brasil, que tem na desigualdade racial uma forte concentração de homicídios na população negra. A comparação em cálculos dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), são gritantes e as taxas de homicídio entre essa população revelam um verdadeiro abismo de desigualdade. “É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos” (IPEA, 2018). Como exemplo, se verificarmos as taxas em 2016 pode-se constatar que os homicídios de negros são duas vezes e meia superior à população de não negros (16,0% contra 40,2%). Em apenas uma década, entre 2006 e 2016, os homicídios contra negros cresceram 23,1%, e nesse mesmo período, os homicídios entre os não negros sofreram redução de 6,8%. Fora, também, as taxas de homicídios de mulheres negras as que mais cresceram, com indicadores de 70% superior à de mulheres não negras.

O que se pode constatar é que não existe pacificação. O Estado não é pacificador, mas violento, e a violência é fruto da contradição do modo societal em que se vive. Pode-se dizer que a violência “direta” é cotidiana, é visível, mas, ao mesmo tempo,



é banalizada pela grande mídia, em simulacros para a espetacularização, em que se anunciar a morte de um pobre não tem a mesma grandeza (repercussão) da morte de um “notório” representante das elites brancas e ricas.

Reitera-se, assim, o pensamento de Guimarães (1981), ao afirmar que essa realidade vem se aprofundando e a situação da violência vem sofrendo uma banalização (considerando as chamadas *classes perigosas*). Desse modo, valoriza-se a notícia acerca da realidade das favelas e periferias quando se tratam de catástrofes/tragédias, predominantemente destacadas de forma banal pela mídia em geral e com espetacular vigor pelos jornais “sensacionalistas” e seus jornalistas em busca da notícia violenta ou tragédia humana nas grandes cidades e suas periferias.

### **3 | A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: A VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES**

O processo de desigualdade/violência, como a dialética da realidade histórica, não apenas no Brasil, mas mundial, se justifica por entender que essa desigualdade se manifesta pelas mudanças dos meios e processos de produção da existência humana. Logo, a realidade evidenciada parte da premissa de que na sociedade brasileira os fatos que demonstram como se configurou e se configura a desigualdade/violência expõem o processo degradante de como ocorre esse par dialético, elemento base dentro do sistema capitalista.

É válido ressaltar que a questão da desigualdade/violência ficou inexplicável ou, simplesmente, imputada aos pobres, negros etc. A opinião pública pouco acreditava na ligação entre a pobreza e o sistema do capital bem como a sua responsabilidade direta pelo aumento da delinquência. Guimarães (1981) identifica a primeira como expressão e o segundo como o indutor.

Pode-se dizer que foi Frederick Engels (apud BOGO, 2013) quem primeiramente tratou dessa realidade quando publicou, em 1845, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Antes dessa obra, afirma Guimarães (1981), não havia nenhum estudo a tratar da miséria urbana como base fundamental da causa da violência direta, essa, que por Engels, foi vinculada totalmente ao processo da Revolução Industrial.

Buscando na raiz do processo de sujeição do homem, como apresentado por Engels (apud BOGO, 2013), pode-se identificar que o capitalismo subjugou homens e mulheres, acirrando as relações de exploração da Revolução Industrial, quando os operários viviam na miséria e de modo totalmente indigente. O que mudou, para Engels (apud BOGO, 2013), foi o processo base da produção e da circulação de mercadorias, ou lei de propriedade privada, que foi se estruturando e se transformando [...]. Segundo ele, antes, a propriedade tinha base no trabalho pessoal; depois, no capitalismo, o proprietário dos meios de produção deu-se o direito de se apropriar do trabalho do operário, separando propriedade e trabalho, uma das chaves do capitalismo.

O processo de concentração da propriedade veio acompanhado de um forte nível de concentração industrial, que conseqüentemente gerou, também, a concentração de renda.

Decorre daí os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira - padrões materiais, e como conseqüência, também culturais. [...] Isso porque são sem dúvidas as circunstâncias [...] que não somente condenam milhões de seres humanos a uma existência miserável e sem perspectivas, como ainda constituem o obstáculo principal e mais profundamente implantado no organismo social brasileiro ao desenvolvimento econômico e cultural do País (CAIO PRADO, 1979, p.15).

Todo esse processo é, na realidade, degradação da maioria submetida a uma vida em que não consegue suprir suas necessidades básicas. Esses são frutos do “*moinho satânico’ que triturou os homens*” (Polanyi, 2000, p.51). Isso reflete o fato de que a desigualdade e os detentores de maior poder, seja econômico, político ou cultural sobrepujaram os mais pobres, e, nessa máxima, o termo *excluído* se alinha ou se amplia. Para Guimarães (1981, p. 153):

As ‘sementeiras de capangas’, como Rui Facó intitulou as fontes onde iriam abastecer-se os coronéis, não constituem um fato confinado a uma Região, seja no Nordeste ou outra; surgem das próprias massas das classes pobres (‘a plebe rural’, de Oliveira Viana) que se espalhou pelo Brasil inteiro, em todos os tempos, desde a Colônia até hoje. Suprem também a legião dos ‘vigias’ dos latifundiários ‘modernizados’, assim como das fábricas servidas pelas ‘tecnologias de ponta’.

Como afirmara Maricato (1995) num rigoroso estudo sobre MetrÓpole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência, a exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de “guetos”, ou imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada. Assim, aqueles que foram privados de sua humanidade: os que não moram, que não comem, os ‘improdutivos’ e os subcontratados; os que carregam corpos aterrorizados pelas prisões, os que habitam os lixos, os silenciados, os condenados a não enxergar outra coisa a não ser suas próprias margens”, aqueles que não podem ser e ter, conforme Onfray (apud VALLE; SALES, 2001, p.6).

Verifica-se, portanto, que são habitantes de uma periferia onde as políticas públicas não chegam ou são ofertadas em doses homeopáticas, ficando a população entre a realidade violenta de suas circunstâncias e a presença de um Estado opressor, marcadamente utilizador de forças policiais no trato da questão social.

Para Maricato (1995, p. 29) “a segregação ambiental é uma das faces mais importantes da exclusão social, mas parte ativa e importante da mesma”. Para essa pesquisadora, à dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento,



difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, constituindo-se uma interminável lista de necessidades básicas não atendidas pelas políticas públicas no Brasil.

É importante ressaltar que, hoje no Brasil, há um intenso retrocesso no âmbito das políticas sociais e por mais que existam indicadores de melhoria das condições de acesso a algum direito, assim como algum avanço contra o processo de segregação, de negação de oportunidades aos mais pobres, a correlação de forças políticas no âmbito do Estado e da Sociedade Civil apresentam contradições graves do processo histórico brasileiro, quando se trata, principalmente, à política e seus mecanismos de exercício do poder.

Os investimentos sociais na periferia, não contam significativamente para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para a cidadania ou para o mercado, devem ser apenas controlados para evitar que comprometam a saúde do mercado e das elites. E o que é mais trágico, a priorização das políticas sociais, de complexa visibilidade, frequentemente não conta nem mesmo para os próprios excluídos, uma vez que as referências que tem de qualidade de vida são aquelas da modernidade e cultura dominantes, qual seja: o mercado e o consumo, numa expressão intensa da mercadorização das relações sociais mais amplas (trabalho, ambiental, educacional, cultural, política).

Ressalta-se que numa sociedade tão desigual é comum atribuir-se o ato de violência aos setores excluídos, marginalizados ou aos mais pobres, estes que têm cor, idade, gênero, local de origem e trabalho (negros, jovens, mulheres, periferias urbanas, informalidade e precarização).

A exclusão social não é uma característica que chegou à sociedade brasileira com a chamada “globalização” e os governos neoliberais, a novidade dessa exclusão é que esta ganhou o noticiário, porque atingiu as elites. A novidade trazida pelo aprofundamento da pobreza nos anos 80 foi a explosão da violência urbana, que apresenta números e dimensão até então inéditos. Estamos nos referindo aqui à violência expressa através da criminalidade, em particular nos homicídios, mas é necessário lembrar que constitui expressão de violência a exclusão econômica, social, cultural, legal e ambiental da qual viemos tratando até agora.

Na sociedade brasileira, historicamente desigual, o conceito de violência está frequentemente ligado à delinquência proveniente dos marginais, dos mais pobres, dos negros, das periferias, dos sem trabalho. Trata-se de um conceito classista de uma sociedade que prioriza a defesa do patrimônio individual antes de priorizar, por exemplo, a integridade do trabalhador ou do cidadão e de assegurar seus direitos fundamentais (saúde, educação, trabalho, segurança, informação, previdência,

moradia, assistência).

Nesse contexto, a violência e o medo passam a fazer parte do cotidiano nas áreas concentradoras de pobreza e adentram os lares, que nesse momento estão sitiados pelos atos de violência (MARICATO, 1995), por vezes impedindo o acesso aos serviços básicos e aos espaços públicos.

Pode-se ilustrar com o notável temor de pais, alunos e professores quando se trata de matricular e frequentar as escolas cercadas pela violência, pois se encontram entre dois extremos a violência dos executores da lei (tribunais, policias, forças armadas) e dos transgressores, os primeiros, geralmente ficam impunes e os outros são vitimizados pela presença ambígua e arbitrária do Estado ora repressor, ora paternalista e, visivelmente paternalista e clientelista.

Assim, muito embora as mudanças ocorridas nas últimas décadas no tocante a educação, moradia, acesso a serviços públicos etc, sejam fruto de lutas e conquistas populares, não significa que os problemas decorrentes da realidade social e seus mecanismos de violência tenham sido minimizados. Gentile (2009) alerta que esse tipo de “superação” talvez não seja suficiente para consagrar o fim dos processos de exclusão, ao que Santos (2015, p. 19) acrescenta: “a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades”, esta que se acirra na atual conjuntura brasileira e que se torna notícia a ser consumida pelas próprias vítimas da violência.

### **3.1 A degradação do ser: uma breve ilustração da violência noticiada nos semanários**

O modo como se apreende as relações constitutivas da relação Estado/sistema do capital/violência reflete, na atualidade, o estado de degradação pelo qual o homem se constituiu mercadoria, em um sistema de coisificação do ser social, em decorrência do dinheiro, do consumo e do utilitarismo, conforme Santos (2015, p.56): “o consumo, tornado um denominador comum para todos os indivíduos, atribui um papel central ao dinheiro nas suas diferentes manifestações; juntos, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual”. Logo, em síntese, isso se transformou numa perversidade sistêmica e, dessa forma, os mais pobres, conseqüentemente as “*classes perigosas*”, tendem a atos criminosos de violência mais direta, hoje não mais, ou não somente, na perspectiva de sobrevivência ou de fugir da miséria, mas de consumir o que está na moda, o que pode ser considerado *status*. Essa é a fisionomia primordial que se impõe na lógica perversa da globalização.

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (SANTOS, 2015, p. 20).

*A espetacularização da violência*, da maneira como estamos vivenciando-a hoje, banaliza e destrói a noção de Ser, pois o ato demonstrativo e explícito da violência, difundido por meio das mídias de massa, deixa a violência tão cotidiana e tão perto da pobreza que acabamos por nos “acostumar” com ela. Entendo, nesse sentido, que há um processo dinâmico da violência que imputamos ao mundo e o da violência que o mundo nos imprime. Não obstante, o que deve ser lembrado é que todo esse processo midiático, e tecnológico, é controlado por poucos, especificamente empresários, atores que visam, única e exclusivamente, a seus objetivos particulares, conforme Santos (2015).

Assim, todo esse desenvolvimento da *tecnologia da comunicação de massa*, a serviço da informação que temos hoje, no processo de relação entre *comunicador* (detentor dos meios de produção da informação) e o *receptor* é de desigualdade, pois, o comunicador possui os mais diversos, poderosos e amplos *canais de informação*, estes que dentro do sistema capitalista estão, e estarão sempre direcionados para os interesses da elite econômica, buscando alienar, pacificar, controlar e contrainformar etc.

A grande mídia no sistema do capital é, em resumo, uma ferramenta de inibição do senso crítico, pois todas as informações são manipuladas pela fração hegemônica da elite detentora do controle sobre esses meios de comunicação. Estamos tratando de um *meio de dominação* que utiliza a informação para criar “*novas ordens*” de controle das massas, uma vez que são indutores de visões de mundo, comportamentos, modalidades de consumo, opiniões e fatos, estes últimos, nem sempre pautados na verdade e em correspondência com a realidade dos sujeitos envolvidos nos atos violentos.

Assim, predominantemente, a questão da violência é vista pela sociedade a partir do modo como a mídia descreve e constrói a notícia “verdadeira”, “neutra” e “atual”. Os aspectos do que são ou não notícias perpassam os critérios dos interesses das classes hegemônicas conseguindo, assim, definir e forjar comportamentos diante da notícia, como se se devesse pensar e agir em conformidade com a mídia ou a elites, detentoras dos meios de comunicação. Estas que detêm o poder de controle e imposição do discurso acerca das pautas da sociedade que ganham *status* e são em grande parte influenciada da grande mídia e de seus mecanismos de espetacularização e do simulacro sobre a realidade de desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, associa-se um discurso bastante débil de que a Rede Mundial de Computadores ou *World Wide Web*, fornece uma suposta liberdade de informação ou de expressão que, por sua vez, traz uma “democratização”, pois toda “a verdade” do mundo pode ser encontrada em alguns “cliques”. Mas, o que deve ser levado em consideração é a dinâmica do par dialético desigualdade social/violência, pois o acesso à informação via *Web* não chega aos mais pobres tão facilmente, pois estes últimos necessitam de educação formal escolar e digital, acesso às redes e posse desses equipamentos. Portanto,

O acesso ao mundo digital, por seu turno, obedece a outros pressupostos, pois requer, além de educação digital, contato com equipamentos (computadores e softwares) e condições de navegabilidade. Essas condições demandam boa educação formal e configuram a senha de acesso à dimensão virtual, em condições cidadãs (TESTA, 2007, p.67).

No entanto, alerta-se, também, para outra dimensão da falta de educação digital, que abrange todas as classes com algum tipo de acesso à Rede Mundial de Computadores: trata-se do alicerce educativo que aquelas classes têm para buscar informações relevantes. Acessam a informação de modo superficial, geralmente sob influência dos “fazedores de opinião”, ideólogos da grande mídia, o que faz com que enveredem para o senso comum e até para as famigeradas “fake news” (*notícias falsas*) ou para o consumo de atos violentos intencionalmente produzidos como um “circo dos horrores” e tão em voga na atualidade. Isso não permite a reflexão ou as indagações acerca da realidade, incorrendo na sustentação desse senso comum e no pré-julgamento dos sujeitos dos atos violentos, sem que se conheça a realidade concreta que produziu tal realidade. O que se pode esperar, assim, das notícias em um sistema que tem o lucro, o mercado e alienação/reificação como demiurgos do Ser em sua condição humana transformada em Ter.

[...] em formas muito diversas e mais sofisticadas, ainda persiste uma supremacia do *ter* sobre o *ser*, uma ditadura do lucro e da pessoa, que atinge todos os âmbitos do saber e todos os nossos comportamentos cotidianos. *Aparecer* é mais importante que ser: o que se mostra – do automóvel de luxo ao relógio de grife, do cargo influente a uma posição de poder - vale muito mais que a cultura ou o próprio nível de formação (ORDINE, 2016, p, 31).

Na atualidade, a violência noticiada pelos meios de comunicação de massa é um subproduto das relações capitalistas sob o mercado globalizado, este que imprime ao conteúdo da notícia o controle sob as necessidades humanas, no sentido do que se possa afirmar que é uma violência a serviço do capital.

Para Duarte e Nogueira (2018) homens e mulheres consomem diversos objetos e símbolos entre os quais surge a violência, sendo ela, também, fruto da luta pela busca de acumulação e apropriação de objetos. Então a violência surge como um desses símbolos também utilizados por interesses dos capitalistas. O avanço das relações capitalistas (produção e consumo) são uma das características da vida urbana ou do cotidiano urbano, é nesse meio que a violência é mais evidente e mais explorada como mercadoria. Para Debord (apud DUARTE; NOGUEIRA, 2018), o espetáculo torna o valor do uso da mercadoria numa espécie de satisfação, ou uma realização pelo fato de obter para si algo, uma sensação apenas aparente, característica do processo de espetacularização.

Chauí (2006) acrescenta que o espetáculo, na realidade, não se refere ao acontecimento em si, mas sim à encenação do acontecimento, ao que ela descreve como sendo um simulacro, no qual tudo é produzido, preparado, forjado, para a

espetacularização.

Desse modo, os atos violentos noticiados pelas manchetes de jornais impressos (foco de nosso estudo), nas TV, rádios, mídias as mais diversificadas, inclusive a internet, transforma a todos e, em especial a periferia, num consumidor de sua própria miséria. Porquanto, leitor, telespectador ou internauta, vive a sensação de estar bem informado, além de acreditar que a notícia é verdadeira, uma vez que os mecanismos de produção dessas notícias dão um caráter de seriedade, isenção de valores e compromisso com a informação, porque são oriundos de grandes grupos empresariais.

Nota-se, portanto, que a notícia veiculada é dirigida sob o ponto de vista ideológico, político e econômico, criando inclusive os especialistas em espetacularizar a violência ou em criação de simulacros da violência.

Esta parcela possui uma linguagem adequada, um discurso baseado num conjunto de valores (sociais, históricos, locais e religiosos), se utiliza das insatisfações e das satisfações, dos interesses sociais antagônicos, tudo com intuito de transformar atos violentos do cotidiano (geralmente tipificados como crimes) em um algo espetacular, portanto, a violência deixa de ser um objeto apenas com o objetivo de controlar e passa a ser objeto do capital, em suma a violência torna-se mercadoria (DUARTE; NOGUEIRA, 2018, p.85).

As manchetes dos jornais, por exemplo, de acordo com o público a que vai se destinar, usará de signos (imagens, textos, linguagem) que terminam por caracterizar os “territórios da violência”, visando formar uma legião de espectadores (leitores) ávidos, diariamente, por mais notícias acerca da “violência programada” e a serviço do sistema de controle social pelas políticas públicas do Estado capitalista. É nesse aspecto, que se identificam as periferias como guetos de violência e que passam a ilustrar as estatísticas dos atos violentos.

As pessoas geralmente transformadas em clientes (leitores ou telespectadores) ficam diante dos fatos expostos, esperando o desfecho, buscam saber quem são os envolvidos. A cada tiragem de jornal ou a cada programa, os atos violentos geralmente são os mesmos (assaltos, homicídios, estupros, agressão física, maus tratos, acidentes de trânsito, entre outros), embora as personagens envolvidas sejam outras, principalmente as vítimas. Quantas pessoas ficam diante da televisão, vendo a transmissão ao vivo de um sequestro ou de uma perseguição policial? Os apresentadores auxiliados por diversos especialistas vão criando cenários e possibilidades de um desfecho, tornando aquele evento num espetáculo (DUARTE; NOGUEIRA, 2018, p.86).

São Luís é apenas um exemplo dessa realidade mais ampla acerca da violência difundida como notícia pela grande mídia, por meio de seus “jornais populares”, voltados ao público leitor de baixa renda, cujos preços são relativos à qualidade ou perversidade com que são expostas as tragédias urbanas cotidianas que vitimam jovens, mulheres, negros, crianças pobres da periferia e tantos outros excluídos do campo e da cidade.

A realidade de São Luís é parte da totalidade social mundial, portanto, não está

afasta da perversidade midiática global; ao contrário, se configura e se confirma como um “suprassumo” da perversidade violenta da mídia nas sociedades capitalistas, especialmente nas periferias pobres. Assim, as notícias que diariamente mostram a tríade pobreza/desigualdade/violência, expressam uma realidade quase invisível para aqueles que estão distantes dessa realidade, pois sequer consomem a notícia veiculada nesses “jornais populares” (*Aqui MA e Itaqui Bacanga*) de São Luís-MA e/ou nos programas de TV voltados a esse público.

Nota-se, previamente, que se configura a notícia como explicitação da banalização e espetacularização da violência, por vezes anunciada pelos jornalistas em tom de humor, para estimular a compra/consumo desses diários. São jornais que destacam em suas principais manchetes (em letras garrafais vermelho-sangue) chamadas do tipo: “*desovado no matagal*”; “*selvageria*”; “*crime estúpido*”; “*bala no ‘Loirinho*”; “*guerra de facções*”; “*jovens são torturados e executados por membros do Bonde dos 40*”. Essas são apenas algumas das manchetes de capa, todas essas acompanhadas de fotos ainda mais aterrorizantes de corpos dilacerados - esfaqueados a esartejados das vítimas e dos autores - fazendo jus ao apelido popular, dado a esses jornais, de “*pinga sangue*”.

Analisando-se criticamente pode-se afirmar, sem dúvida, de que a notícia forja a opinião, o que se pensa a respeito do mundo, influenciando o agir nele e vice-versa. Assim, os “jornais populares” aqui exemplificados não fogem a essa regra, pois a violência nas periferias é vendida pelos jornais como oriundas do jovem, pobre, negro, morador de favela, da periferia, como a reafirmar que esses atributos definem o que é certo ou errado nesse processo de violência, deixando oculta a raiz constitutiva da violência.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão parcial a que se chega nesse estudo é que o conhecimento transmitido à maioria da humanidade constitui-se, predominantemente, informação manipulada, o que geralmente engana e confunde aqueles que a buscam sem um suporte de educação consistente. Portanto, considerando-se que o direito ao acesso à informação é uma política pública social e fator primordial e imprescindível às pessoas (ao cidadão), assim como às empresas e às instituições em que se encastelam frações da burguesia como classe hegemônica, assim é que para Santos (2015) o resultado da manipulação da primeira se apresenta como ideologia, essa entendida não como ocultação da verdade, mas como simulacro desta.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a grande mídia, especialmente nos dias atuais, representa um dos principais pilares de sustentação das classes hegemônicas e suas frações no poder do Estado, pois não existe o real comprometimento com a veracidade das notícias ou com os fatos relatados, uma vez que estes moldam os



fatos de acordo com seus interesses particulares de classe.

O que se extrai como reflexão acerca daqueles “jornais populares” é um discurso banal do senso comum a controlar toda informação “verídica” e importante para o mercado. A notícia é manipulada para vender “jornais”, que mais se configuram como obituários. Assim, a violência retratada nos semanários de São Luís (Aqui MA e Itaqui Bacanga) é apenas uma das faces da perversidade das relações constitutivas do sistema do capital.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/>

BOGO, Ademar (Org). **Teoria da organização política IV**: escritos de Antonio

Gramsci, Ernesto Guevara, Florestan Fernandes, Frederich Engels, Karl Marx, Mao Tse-tung, Vladimir Lenin e Vo Nguyen Giap. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAIO PRADO, Jr. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência** / CHAUI, Marilena; SANTIAGO, Homero (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estado Brasileiro**: gênese, crise, alternativas. In: Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. (Orgs.) LIMA, Júlio César França e NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ EPSJV, 2006.

DUARTE, Risaldo Lima; NOGUEIRA Amélia Regina Batista Cotidiano e violência: a espetacularização da violência como subsistema na sociedade de consumo dirigido. Revista **GEONORTE**, V.9, N.31, p.77-88, 2018. (Edição especial 10 Anos do Programa de Pós-graduação em Geografia PPEOG – UFAM)

GENTILE, Pablo. **O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América latina**. Educ. Soc., Campinas, vol.30, n. 109, p 159-1079, set/dez. 2009.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade** [online].v.30, n.109, pp.1059-1079, 2009.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da violência 2016**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160322\\_nt\\_17\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2016\\_finalizado.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução / V. I. Lenin: [Tradução revista por Aristides Lobo] -1. ed. -São Paulo :

Expressão Popular, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia no capitalismo**: ilegalidade desigualdade e violência. São Paulo, 1995. Disponível em: [http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_metrperif.pdf](http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf). Acesso 20.01.2018

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil**: um manifesto. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

POLANY, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TESTA, Antônio Flávio. Cidadania digital e competitividade. Brasília: DF, 2007. In: *Inclusão Social*. Brasília, v. 2, n.1, p.67-72, 2007

VALE, Fernanda Feitosa do; SALLES, Leila Maria Ferreira. A violência no cotidiano escolar de uma escola de periferia. *ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO - PPGE/ME FURB*, v. 6, n. 3, set./dez. 2011.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-060-5

